



***GENEALOGIAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL E DO CINEMA PORNÔ:  
APROXIMAÇÕES ENTRE OS DISCURSOS “ANTI-IDEOLÓGICOS” ATUAIS E  
OS “ANTI-PORNOGRÁFICOS” DE OUTRORA***

***GENEALOGÍAS DE LA EDUCACIÓN SEXUAL Y DEL CINE PORNO:  
APROXIMACIONES ENTRE LOS DISCURSOS “ANTIIDEOLÓGICOS”  
ACTUALES Y LOS “ANTI-PORNOGRÁFICOS” DE ANTAÑO***

***GENEALOGIES OF SEX EDUCATION AND PORN CINEMA: AN  
APPROXIMATION BETWEEN “ANTI-IDEOLOGICAL” AND “ANTI-  
PORNOGRAPHIC” SPEECHES***

*Camila Macedo Ferreira Mikos<sup>1</sup>*

*Jamil Cabral Sierra<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Com aporte teórico-metodológico nos estudos foucaultianos, neste artigo, analisamos os enquadramentos que ora possibilitaram que a educação sexual aparecesse e/ou desaparecesse do currículo escolar brasileiro, ora permitiram que a temática do sexo fosse mostrada de modos mais ou menos explícitos no cinema. Tomamos, para tanto, as movimentações em prol de uma abordagem médico-científica do sexo, ao modo como desenvolvidas no campo da educação e do cinema, especialmente na primeira metade do século XX. A partir de uma espécie de genealogia dos discursos “anti-ideológicos” e “anti-pornográficos” nesses campos (educação sexual e cinema), queremos apontar como, no Brasil da atualidade, tais discursos impulsionam tentativas de retirada da educação sexual do currículo escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação sexual. Currículo. Cinema. Ciência da sexualidade.

**RESUMEN**

Con apoyo teórico y metodológico en los estudios foucaultianos, en este artículo analizamos los marcos que, en determinadas circunstancias, hicieron posible que la

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

educación sexual apareciera y/o desapareciera del currículo escolar brasileño, y los marcos que permitieron al cine mostrar el sexo de formas más o menos explícitas. Tomamos, para este fin, los movimientos a favor de un enfoque médico-científico del sexo, tal como se desarrolló en el campo de la educación y el cine, especialmente en la primera mitad del siglo XX. A partir de una especie de genealogía de los discursos “antiideológicos” y “anti-pornográficos” en estos campos (educación sexual y cine), queremos señalar cómo, hoy en Brasil, tales discursos impulsan intentos de sacar la educación sexual del currículo escolar.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación sexual. Currículo. Cine. Ciencia de la sexualidad.

## ABSTRACT

This paper is based on Foucauldian studies. We analyze some of the frames that have allowed sex education to appear and/or to disappear from the Brazilian school curriculum. We also discuss some of the frames that have allowed cinema to screen sex in more or less explicit ways. For this purpose, we look at the movement in favor of a medical-scientific approach to sex as developed in the first half of twentieth century. In this way, we make kind of a genealogy of the “anti-ideological” and the “anti-pornography” speeches in the fields of education and cinema. Our goal is to point out how, nowadays, these speeches encourage attempts to take sexual education out of the Brazilian school curriculum.

**KEYWORDS:** Sex education. Curriculum. Cinema. Science of sexuality.



## Introdução

“Parece que aprendeu a fazer sexo com filme pornô”. Esse enunciado, casualmente proferido por uma jovem universitária durante uma conversa entre amigas, disparou processos de pesquisa que antecedem a escrita do presente texto. Tomando como ponto de partida a constatação de que a pornografia educa, procuramos, em pesquisas anteriores, colocar sob desconfiança as concepções que opõem a educação sexual escolar às instâncias pedagógicas exercidas pelos filmes pornôs, lançando as perguntas: aquilo o que o cinema pornô instrui sobre o sexo é mesmo incompatível com aquilo o que outras instâncias - mais reconhecidas e legitimadas - de educação sexual ensinam? Ou estariam, esses múltiplos discursos, sob a égide de uma mesma norma, a saber, a do regime heterossexual?<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Tais perguntas foram centralmente mobilizadas pela dissertação “Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximações entre o cinema pornô e a educação sexual”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, em 2017, com apoio financeiro da

Passados alguns anos desde essas perguntas, novas questões, produzidas e espalhadas pela atualidade, voltaram a nos interpelar a respeito da presença (ou não) da educação sexual nos currículos escolares brasileiros. Nas primeiras décadas dos anos 2000, em que as políticas de identidade davam o tom e balizavam, para além dos direitos civis e jurídicos reivindicados ao Estado por determinadas populações, “[...] também as formas de se pensar e regulamentar os projetos e os currículos educacionais, bem como as políticas públicas de saúde e outras áreas que vigoraram nos últimos anos, ao menos até 2015” (SIERRA, 2019, p.2), o que mais se via, especialmente no âmbito midiático, era a defesa da necessidade de que a escola se consolidasse como principal transmissora de informações pertinentes ao sexo. O objetivo era, inclusive, o de reduzir o acesso de crianças e jovens a conteúdos pornográficos, difundindo conhecimentos científicos - logo, “mais verdadeiros” - do que aqueles apresentados pela pornografia, especialmente pelo cinema pornô.

Em 2021, contudo, o embate parece ter sido reconfigurado. Não raras vezes, a maioria delas nos discursos de representantes ou apoiadoras/es do governo de Jair Bolsonaro, a educação sexual escolar figura lado a lado com a pornografia no rol dos “conteúdos impróprios” para a infância e a adolescência.

A fim de perseguir as inquietações que tal mudança de enquadramento nos sugere, apresentamos, neste artigo, alguns episódios, oriundos da primeira metade do século passado, que tanto constituem a história da educação sexual nas escolas brasileiras, quanto a história das imagens eróticas e de sexo explícito no cinema. A aposta que nos interessa disparar, com inspiração na proposta genealógica de Michel Foucault, é a de perguntar como nos tornamos o que somos a partir das relações de poder-saber. Não se trata, portanto, de ensaiar uma forma histórica linear, evolutiva, progressiva, mas uma análise que engendra, a partir e para as discontinuidades e dispersões discursivas ao longo da história, “[...] relações que não são da ordem da sucessão (ou da simultaneidade) [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 55), mas que “[...] têm, cada uma, entre certos limites, sua regularidade [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 55).

Para tanto, em um primeiro momento do texto, situamos no aqui-agora do país essa nossa investida, pinçando elementos ligados aos movimentos “anti-educação sexual escolar” do Brasil contemporâneo para, em um segundo momento, traçar uma espécie de genealogia desses discursos. Dessa maneira, nosso objetivo é menos fazer

---

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Parte das discussões trazidas para este texto são versões revistas e parciais dos resultados dessa investigação de mestrado.

uma análise minuciosa do quadro político atual, e mais ensaiar uma genealogia das formas pelas quais chegamos até aqui, isto é, à eleição de Bolsonaro e sua cruzada "anti-educação sexual escolar". Analisamos, assim, os enquadramentos que ora possibilitaram que a educação sexual aparecesse e/ou desaparecesse do currículo escolar brasileiro, ora permitiram que a temática do sexo fosse mostrada de modos mais ou menos explícitos no cinema, propondo uma aproximação entre os discursos “anti-ideológicos” atuais e os “anti-pornográficos” de outrora.

### **Ciência *versus* ideologia: enquadramentos atuais**

O domínio da sexualidade também tem uma política interna, desigualdades e modos de opressão próprios. [...]. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há também períodos históricos em que as discussões sobre a sexualidade são mais claramente controversas e mais abertamente politizadas. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é com efeito renegociado. (RUBIN, 2017, p.64).

Em texto originalmente apresentado em 1982, intitulado *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin já afirmava que, ao menos desde o século XIX, “[...] nenhuma tática para incitar uma histeria erótica tem se mostrado mais eficiente que o apelo à proteção das crianças.” (2017, p. 70). Recuperando o encontro entre as figuras do “delinquente sexual” e da “ameaça homossexual”, ao modo como ocorrido nos Estados Unidos da década de 1950, Rubin analisa o processo que possibilita a constituição, já nos anos 1970, de uma série de leis contrárias à pornografia infantil que, sob o pretexto de proteção à infância, serviram para o fortalecimento de uma verdadeira “caça às bruxas”, para a qual homossexuais e professoras/es se configuraram como alguns dos principais alvos de perseguição.

Com uma descrição que parece atravessar o tempo e o espaço, as palavras da autora, referentes ao cenário estadunidense que resulta na eleição de Ronald Reagan<sup>4</sup>, em 1980, servem como uma espécie de espelho para a reflexão sobre o Brasil atual:

---

<sup>4</sup> Ironicamente, as aproximações entre Reagan e o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, já foram feitas, inclusive, por membros do próprio governo. Quando ainda ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, por exemplo, afirmou que “Bolsonaro é o Ronald Reagan brasileiro”. No livro “O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro” (2019), oriundo da tese de doutorado da pesquisadora Marina Basso Lacerda, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, essa relação é também estabelecida e discutida, traçando um

A oposição de direita à educação sexual, à homossexualidade, à pornografia, ao aborto e ao sexo antes do casamento passou das margens ao centro da cena política depois de 1977, quando estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos descobriram que esses assuntos tinham apelo popular. (RUBIN, 2017, p. 75).

Localizando as disputas nos campos “[...] dos direitos homossexuais, da educação sexual, do direito ao aborto, das livrarias para adultos e dos currículos das escolas públicas” (RUBIN, 2017, p. 76), Rubin elenca, como exemplo icônico do período, o projeto *Adolescent Family Life Program*, ou *Teen Chastity Program*, que “[...] recebeu cerca de 15 milhões de dólares do governo federal para estimular a abstinência sexual entre os jovens [...]” (2017, p. 74).

Três décadas mais tarde, dessa vez no Brasil, o Governo de Jair Bolsonaro lança o projeto *Tudo tem seu tempo*, campanha que também apregoa a abstinência sexual de adolescentes como estratégia de redução dos índices de gravidez precoce no país. A ideia, ratificada pelo projeto, de que se deve combater o estímulo à “vida sexual precoce”, é a mesma que sustenta boa parte dos argumentos que condenam a educação sexual escolar, afirmando que a “cartilha ideológica” presente nas escolas brasileiras serve para despertar um interesse sexual impróprio em crianças e adolescentes, o que, em última análise, abriria portas também para casos de pedofilia.

Quer seja nos Estados Unidos do século XX, quer seja no Brasil do século XXI, a figura da *criança* (saturada de futurição e desencarnada de qualquer vivência histórica) se configura, como descreve Lee Edelman, enquanto “[...] a beneficiária fantasmática de toda intervenção política” (2004, p. 3, tradução nossa<sup>5</sup>). É em defesa da *criança*, bem como, na mesma esteira, da família reprodutiva, entendidas como futuro da nação, que se justificam, com grande ênfase, os domínios da sexualidade postos em operação pelas políticas ultraconservadoras.

Recuperando o desencadeamento desse processo no cenário brasileiro mais recente, o ano de 2011 se delineia como um período crucial para a ascensão dos discursos anti-educação sexual. Após uma série de protestos protagonizados pelas bancadas religiosas e ultraconservadoras no Congresso Nacional, a produção e distribuição dos materiais que compunham o programa *Escola sem homofobia* eram

---

paralelo entre a emergência do neoconservadorismo estadunidense, na década de 1970, e o novo conservadorismo brasileiro, nos anos mais recentes.

<sup>5</sup> No original: “[...] the fantasmatic beneficiary of every political intervention.” (EDELMAN, 2004, p. 3).

suspensas pelo Governo Federal, sob ordem da então presidenta Dilma Rousseff, em um gesto de concessão à bancada evangélica do Congresso Nacional. Dentre os legisladores que mais ostensivamente se manifestavam contra o “kit gay”, forma pejorativa pela qual o programa foi apelidado, um nome passou a se fazer notório: Jair Messias Bolsonaro, deputado do “baixo clero”, eleito pelo estado do Rio de Janeiro que, à época, cumpria seu sexto mandato na Câmara Federal.

De uma trajetória parlamentar prévia inexpressiva e irrelevante, surgia um futuro candidato à presidência da República, vencedor do pleito alguns poucos anos mais tarde, nas eleições de 2018. Não seria impreciso dizer que, em grande medida, Jair Bolsonaro foi alçado ao posto presidencial através do impulsionamento promovido pelo *pânico moral* instaurado em torno da sexualidade e do gênero das crianças e adolescentes, um resultado direto das discussões acerca do *Escola sem homofobia* e da consequente emergência de discursos a respeito da falaciosa noção de “ideologia de gênero” (CÉSAR; DUARTE, 2017; MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Nesse sentido, sintetiza Sierra:

[...] projeto “Escola sem Homofobia”, que ficou conhecido como “Kit Gay”, é um exemplo fundamental dessas concessões [à bancada evangélica], momento em que a Presidenta Dilma Rousseff, pressionada, retira o projeto da pauta. De certa forma, não foram criadas as devidas dificuldades para aqueles contrários às causas LGBT em um momento crucial, o que pode ter contribuído para abrir, a partir daí, as condições de possibilidade para a emergência de proposições que supúnhamos já terem sido enterradas, como “Ideologia de Gênero”, “Escola Sem Partido” etc. Disso tudo até o ápice desse recrudescimento ultraconservador, materializado na eleição de 2018, que elegeu um Presidente da República declaradamente defensor dos discursos fundamentalistas, racistas, homofóbicos/transfóbicos e contra os direitos de minorias, não demorou a tardar. (2019, p.8)

Os efeitos dessa onda reacionária passaram a ser sentidos, no campo da educação, de maneira ainda mais contundente a partir do ano de 2014, período de discussão e aprovação do Plano Nacional de Educação, quando “[...] essas forças retornam com maior truculência e forçam a retirada de qualquer menção à palavra gênero nos documentos educacionais, incluindo os Planos de Educação Estadual e Municipal de vários estados e cidades” (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 246).

No âmbito das produções culturais, a partir de 2017, quando, por exemplo, a exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira* (Porto Alegre,

2017) é prematuramente fechada por consequência da pressão exercida pelos movimentos ultraconservadores, que alegavam que as obras em exibição promoviam a pedofilia, a zoofilia e a humilhação religiosa.

Assim que, no campo do cinema, de maneira ainda mais frontal, em 2019, com Bolsonaro já eleito presidente da República, o governo veta as captações de recursos por meio da Lei do Audiovisual, via Ancine (Agência Nacional de Cinema), a projetos atravessados pelas temáticas das diversidades sexuais, de gênero e étnico-raciais. Na ocasião, Bolsonaro alegava não ser papel do Estado gastar dinheiro com filmes e séries “pornográficos”, reafirmando a necessidade de haver “filtros culturais” na Agência (sob ameaça de, do contrário, extingui-la)<sup>6</sup>.

Nas disputas narrativas que configuram esse cenário, alastraram-se ideias como as de que a escola deve ensinar matemática, física, química etc., mas deixar que as famílias sejam as únicas responsáveis pelas orientações pertinentes ao campo da sexualidade das crianças e jovens<sup>7</sup>. Assim, nos últimos anos, não só projetos como o *Escola Sem Partido* passaram a ser defendidos por parte da sociedade civil e por instâncias do governo executivo e legislativo, como vemos se proliferarem, na imprensa nacional, manchetes como: “Ministros de Bolsonaro divergem sobre educação sexual”<sup>8</sup>; “Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente”<sup>9</sup>; “Bolsonaro ‘moralista’ anuncia retirada de cartilha sobre saúde sexual de adolescentes”<sup>10</sup>; “Governo Bolsonaro rejeita o acesso universal à educação sexual”<sup>11</sup>.

Dois pronunciamentos de Milton Ribeiro, atual Ministro da Educação, realizados no segundo semestre de 2020, sintetizam o posicionamento oficial do governo a respeito da educação sexual escolar. No primeiro deles, realizado em setembro, conforme

<sup>6</sup> A fala do presidente, amplamente noticiada pela mídia, pode ser encontrada em matérias como a da Exame, veiculada em 19 de julho de 2019: <https://exame.com/brasil/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 12/05/2021.

<sup>7</sup> Em 2018, ainda durante campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou, mais de uma vez, que “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”.

<sup>8</sup> Manchete de matéria publicada pela Jovem Pan em 9 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/ministros-de-bolsonaro-divergem-sobre-educacao-sexual-em-escolas.html>. Acesso em: 04/05/2021.

<sup>9</sup> Manchete de matéria publicada pelo O Globo em 7 de março de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-sugere-que-pais-rasguem-paginas-sobre-educacao-sexual-de-caderneta-de-saude-da-adolescente-23506442>. Acesso em: 04/05/2021.

<sup>10</sup> Manchete de matéria publicada pela Rede Brasil Atual em 8 de março de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2019/03/bolsonaro-moralista-anuncia-retirada-de-cartilha-que-orienta-sobre-saude-sexual-de-adolescentes/>. Acesso em: 04/05/2021.

<sup>11</sup> Manchete de matéria publicada pela Tribuna Nacional Comunitária do Brasil em 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.tncbrasil.com.br/violencia-sexual>. Acesso em: 04/05/2021.

noticiado pela Carta Capital<sup>12</sup>, o ministro defendeu como prioridade do governo revisar a Base Nacional Comum Curricular, alegando a seguinte justificativa:

“O Enem tem sido um balizador dos conteúdos que a gente requer, **porque senão começa a falar lá de ideologia, sabe tudo sobre sexo, como colocar uma camisinha, tirar uma camisinha, sabe tudo.** Fica gastando tempo com assuntos que são laterais. As crianças têm de aprender outras coisas”.

Carta Capital, 24/09/2020 (grifo nosso)

No segundo, realizado em outubro, conforme noticiado pelo portal G1<sup>13</sup>, Ribeiro afirma:

"Segunda-feira eu me reuni no Rio de Janeiro com Dom Orani Tempesta, que é o arcebispo do Rio de Janeiro, para que nós pudéssemos conversar sobre algo que é muito caro para o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que são os valores, os valores da família, os valores a respeito da condução da vida das pessoas. Num país que, principalmente, é cristão. **Nós sentamos para conversar um pouco sobre essas questões de querer introduzir, de uma maneira, creio, precoce, questões de sexualidade com crianças. Noções que passam da comunicação apenas científica para outro tipo de informação.** Respeito e sempre respeitarei todas as orientações e todos os encaminhamentos que as pessoas têm, mas temos que ter um pouco mais de respeito com as crianças. É a orientação que recebi e que creio que será melhor para a educação e o Brasil"

G1, 28/10/2020 (grifo nosso)

A oposição que se estabelece discursivamente, em ambos os trechos supracitados, entre uma “comunicação ideológica” e uma “comunicação científica”, enquadrando a primeira como condenável (“lateral”, “precoce”) e a segunda como aceitável, traz ressonâncias com a tese de Foucault, apresentada no primeiro volume de *História da Sexualidade*:

Seria inexacto dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. [...] A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas, isso não

<sup>12</sup> Matéria disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/ministro-da-educacao-diz-que-homossexualismo-vem-de-familias-desajustadas/>. Acesso em: 10/05/2021.

<sup>13</sup> Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/28/ministro-da-educacao-milton-ribeiro-afirma-que-se-reuniu-com-o-arcebispo-do-rio-para-discutir-sexualizacao-precoce-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 10/05/2021.

passou de contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 31).

Na esteira das reflexões do autor, talvez nos seja possível afirmar que, nos últimos anos, tem-se mesmo tentado silenciar uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo “ideológica” ou “precoce demais”. Contudo, na contrapartida, outros emaranhados discursivos (dos “valores da família”, da “comunicação científica”<sup>14</sup>) seguem, com toda a força, sendo postos em operação, mesmo quando redirecionados a outros objetos, talvez mais inusitados, de discussão. Nos trechos abaixo, de matérias veiculadas pela imprensa brasileira entre os anos de 2017 e 2020, por exemplo, o deslocamento na utilização de alguns dos argumentos que aparecem nos discursos ultraconservadores contra a educação sexual escolar (como a precocidade dos conteúdos apresentados ou a falta de aderência a valores morais) se faz nítido. Nesses discursos, tidos como mais progressistas (por vezes se opondo diretamente, inclusive, aos posicionamentos do governo Bolsonaro a respeito da educação sexual), o que se enquadra como forma desqualificada de educar para a sexualidade é a pornografia:

“Viver em uma sociedade tão tecnológica como a atual torna inevitável que todos os adolescentes tenham acesso ilimitado à rede. Com as vantagens que isso implica, mas também com seus riscos, porque, para Malnero, o ponto crucial é como essa democratização da tecnologia se encaixa com a hiperssexualização na qual estamos imersos. “Nosso entorno hiperssexualizado utiliza a sexualidade como meio de venda, como forma de humor e, poucas vezes, como meio de educação ou aceitação. Todos acreditamos que sabemos muito sobre sexo, todos nos expomos (ou somos expostos) a situações sexualizadas e, no entanto, poucos de nós contamos com recursos suficientes (informações, habilidades, autoconfiança) para enfrentá-las”, lamenta.

Segundo Malnero, essa hiperssexualização também tem como consequência uma antecipação no interesse por sexo: “As crianças cada vez mais perguntam antes e, claro, também encontram as respostas antes. E, obviamente, no Google nem sempre encontram as mais apropriadas”. E se não perguntam dá na mesma, porque na tenra idade de 9 anos uma porcentagem elevada de crianças já tropeçou acidentalmente em conteúdo adulto enquanto navegava na rede.

[...]

“Eu chamo a pornografia de ficção científica da sexualidade humana”, critica com humor Nayara Malnero. Para a autora de ‘Sexperimentando’, o problema é que não existe um forte

<sup>14</sup> No artigo “Quando ciência e fundamentalismo religioso se encontram: estratégias para a produção de ódio contra as sexualidades e gêneros dissidentes e seus efeitos nas políticas públicas” (2019), Tamires Tolomeotti Pereira e Jamil Cabral Sierra analisam a apropriação de discursos científicos-biológicos por grupos ultraconservadores na produção do ódio contra dissidências sexuais e de gênero, sublinhando uma das confluências entre esses discursos polimorfos, da ciência e da religião, que têm funcionado, por vezes de modo combinado, nas políticas públicas do Brasil atual.

compromisso com a educação sexual na Espanha, nem do sistema educacional nem da maioria das famílias.”

El País, 25/12/2017<sup>15</sup>

Educação sexual é tão importante que é assunto de uma das séries da Netflix mais assistidas no Brasil e no mundo. Atualmente em sua segunda temporada, *Sex Education* se passa em uma escola de ensino médio, no interior da Inglaterra. Um aluno chamado Otis Milburn (Asa Butterfield), cuja mãe é uma renomada sexóloga, começa a dar conselhos e informações em torno do tema a outros alunos, transformando a prática em um negócio com a ajuda de sua colega Maeves (Emma Mackey).

O enredo passa por diversos assuntos, como sexo, diversidade, aborto, empoderamento feminino, bullying, inseguranças, desejos e abuso sexual. Tudo isso com muita naturalidade, respeito e sem clichês. Criado por Laurie Nunn, o programa se tornou um grande sucesso: na terceira semana de janeiro de 2020, foi o mais assistido em todo o mundo na plataforma de streaming.

Mas há quem ainda acredite que falar sobre sexo com jovens é um tabu — ou, pior, errado. O atual presidente da República, Jair Bolsonaro, demonstra pensar dessa forma desde quando era deputado, quando já criticava o livro *Aparelho Sexual & Cia* - um guia inusitado para crianças descoladas (Companhia das Letras), dizendo que ele fazia parte de um suposto “kit gay” criado por Fernando Haddad quando foi ministro da Educação, de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff. Além de esse projeto nunca ter existido, a obra — originalmente escrita e ilustrada pelos franceses Hélène Bruller e Zep — tem como proposta explicar o sexo de forma didática e divertida para crianças.

Polêmicas envolvendo educação sexual seguem acontecendo no governo de Bolsonaro. Em fevereiro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alves, lançou uma campanha com o objetivo prevenir a gravidez na adolescência. Como? Com abstinência sexual. No fim de janeiro, a pasta emitiu uma nota técnica que serviu de orientação para a campanha do governo federal. O documento dizia que começar a vida sexual nessa fase leva, entre outras coisas, a “comportamentos antissociais ou delinquentes” e “afastamento dos pais, escola e fê”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como gravidez na adolescência aquela que acontece em meninas entre 10 e 20 anos. Só no Brasil, a OMS estima que 13 milhões de garotas tenham engravidado com essa idade nas últimas duas décadas. Um dos maiores problemas disso é a evasão escolar e, conseqüentemente, a falta de oportunidades no mercado de trabalho para elas. No entanto, embora a gestação precoce seja, de fato, um assunto importante em termos de políticas públicas, será que a solução é ensinar aos jovens que sexo é algo ruim e que, portanto, eles devem postergar o início da vida sexual? A resposta de especialistas é clara: não.

[...]

Fica claro, então, que o ideal é, sim, falar sobre sexo com crianças e adolescentes. E esse é um papel que cabe a todos, principalmente a família. Os pais são os primeiros “professores” de educação sexual — afinal, qual criança não faz perguntas curiosas quando está descobrindo sensações, gostos e cheiros de seu corpo? E a dica dos especialistas é simples: responda normalmente. “Educação sexual não tem a ver com pornografia e promiscuidade. Pelo contrário, ela abre nossa mente para conhecermos nosso corpo e nossas limitações”, observa a psicóloga Bruna Zimmermann, especializada em sexualidade humana pela USP.”

Galileu, 26/04/2020<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Matéria disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/21/estilo/1513853135\\_766825.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/21/estilo/1513853135_766825.html). Acesso em: 11/05/2021.

<sup>16</sup> Matéria disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/por-que-educacao-sexual-e-tao-importante-para-criancas-e-adolescentes.html#:~:text=%E2%80%9CEduca%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20%C3%A9%20importante%20para,gravidez%20precoce%20e%20m%C3%A9todos%20contraceptivos.> Acesso em: 11/05/2021.

“A médica Kate Howells, especialista em saúde sexual e membro do Instituto de Medicina Psicossexual, afirma que muitos jovens consomem pornografia “para se educar”.

“Isso por si só pode causar problemas porque a pornografia é um ato sexual, mas não no contexto de um relacionamento. Muitas vezes, é exagerada e diferente do sexo normal”, diz.

Segundo ela, a pornografia também pode ter um efeito prejudicial nas atitudes das pessoas em relação ao consentimento, a saúde sexual e a autoimagem corporal.

“Acho que é importante não ter medo de perguntar sobre pornografia — o que eles [os jovens] assistem, quanto assistem, quando assistem”, acrescenta a especialista.

“E precisamos ter mais educação — a educação sexual precisa incluir falar sobre os riscos da pornografia. A educação sexual precisa incluir os efeitos nocivos da pornografia e trazer informações sobre a realidade dos relacionamentos amorosos e sobre o empoderamento de mulheres e homens.”

No País de Gales, o novo currículo escolar que entrará em vigor em 2022 terá uma maior ênfase em relacionamentos saudáveis e sexualidade.

Rose Caldwell, da organização Plan International UK, diz que a diretriz para incluir o ensino dos riscos da pornografia no currículo escolar seria um “passo vital” para ajudar todos os jovens, sobretudo as meninas, a lidar com “questões difíceis e frequentemente complexas” envolvendo a sexualidade.

“É vital que eles estejam equipados com as informações necessárias para lidar com o sexo e relacionamentos de forma saudável, e que os professores se sintam apoiados para abordar esses tópicos de forma sensível e empoderadora”, analisa Caldwell.

De acordo com o governo do País de Gales, Relacionamentos e Educação Sexual (RSE, na sigla em inglês) será um requisito obrigatório no novo currículo escolar. Entre os conteúdos compulsórios, está ajudar os alunos a reconhecer quando os relacionamentos não são saudáveis, ensiná-los a se manter seguros e buscar apoio para si próprios e outras pessoas.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação possui indicações para a educação sexual nas escolas em diferentes idades, mas não apresenta diretrizes específicas sobre como tratar da questão da pornografia.”

BBC, 07/11/2020<sup>17</sup>

Do cruzamento entre esses discursos - à primeira vista, antagônicos, inconciliáveis -, emerge a compreensão daquilo o que Foucault nomeou *dispositivo de sexualidade*, isto é, um dispositivo histórico que produz a própria noção de “sexualidade”:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar para um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 100).

É assim que, na articulação desse emaranhado de discursos polimorfos e difusos, contorna-se a sexualidade como um “[...] ponto de passagem particularmente denso das

<sup>17</sup> Matéria disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54676711>. Acesso em: 11/05/2021.

relações de poder [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 98). Ponto este que, ao menos desde o século XVIII, ordena o sexo “[...] em torno da instituição médica, da exigência da normalidade, [...] do problema da vida e da doença.” (FOUCAULT, 1999, p. 111).

Assim que se, como visto até aqui, a ideia de uma educação sexual escolar denominada “ideológica” tem seu aparecimento condicionado por configurações mais recentes das relações de poder e saber, discursos em prol de uma educação sexual escolar “científica” alinhada aos “valores morais” da sociedade brasileira, por sua vez, já foram postos em funcionamento em outros períodos e em outros contextos da nossa história, tendo sido o ponto de partida, como se verá na seção adiante, para a primeira inclusão formal da sexualidade no currículo escolar do país, ainda nas primeiras décadas do século XX. De modo, talvez, um pouco menos axiomático, é este mesmo enquadramento que passa a ser também negociado, no âmbito da cinematografia, a favor da inclusão do sexo nos filmes, mais ou menos nesse mesmo período, e em certa oposição à abordagem compreendida como “pornográfica”.

### **Ciência *versus* pornografia: enquadramentos de outrora**

As primeiras disputas ligadas à inclusão da educação sexual no currículo das escolas brasileiras remontam às décadas de 1920 e 1930. À época, em meio aos avanços de interesses higienistas e eugênicos, saúde e moralidade se enlaçavam na constituição da ideia de uma “regeneração social”<sup>18</sup>. De acordo com Helena Altmann (2001), a educação sexual escolar é acionada, no período, como estratégia de enfrentamento da epidemia de sífilis e de combate aos “desvios sexuais”, anteriormente enquadrados como crimes e, a partir de então, como doenças. Nessa conjuntura, o ambiente escolar se transforma em um “[...] espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos normais.” (ALTMANN, 2001, p. 579).

Em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, educadoras e educadores “[...] consideravam que a necessidade da educação sexual era gerada pelo avanço dos conhecimentos científicos [...] e pela urgência em gerar indivíduos mais saudáveis [...]”

<sup>18</sup> Em sua dissertação, intitulada “A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927” (2012), Leandro Alves Felício traça as relações entre iniciativas de educação sexual e outros movimentos científicos no cenário brasileiro do início do século XX – como os projetos eugênicos, psiquiátricos, sanitaristas, higiênicos e psicanalíticos. Felício mostra-os, ainda que com suas diferenças e disputas, como aliados na busca pelo desenvolvimento de um projeto nacional moderno pautado na moralização de práticas e valores sociais.

(BASSALO, 2010, p.3), defendendo-a como necessária no ambiente escolar. No evento, o primeiro documento a abordar diretamente o assunto da educação sexual foi a tese n° 74, da professora Celena Padilha, intitulada *Sobre a Educação Sexual*<sup>19</sup>. No texto, a conferencista reforça o encadeamento entre a educação sexual escolar de viés científico com ideais de salubridade e moralidade:

A verdade é que muitos pais, por ignorância, são incapazes de dirigir a educação sexual de seus filhos.

Preparar os de boa-fé, os progressistas, educá-los para que se tornem educadores, não é impossível; mas a cegueira moral sobre o assunto, as opiniões errôneas formadas a respeito e as idéias já muito arraigadas nos espíritos são entraves, e quase impossível se torna esperar-se do maior número que se libertem das peias de preconceitos seculares.

Mas, por outro lado, **não se deve cruzar os braços e assistir as gerações se sucederem umas as outras nos erros e na ignorância de problemas dos mais sérios para a moral e para a eugenia.** Esperar também que os livros e as diversas publicações instruem e convençam? Mas como será moroso, se grande número de pessoas, premidas pelos afazeres de todos os dias, nem lêem, e das que o fazem, a maioria procura assuntos mui diversos.

No entanto, o trabalho deve ser começado e sem perda de tempo. Compete, pois, a escola iniciá-lo e preparar as crianças de hoje para que os pais de amanhã sejam também educadores de seus filhos.

**Nunca se prescindirá, porém, da escola, pois são os mestres os mais capazes de administrar quaisquer conhecimentos, pelo seu preparo científico,** pela sua especialização para ensinar.

(PADILHA, 1997, p. 430, grifo nosso)

Ao final da tese, constam como deliberações:

O Congresso de Educação do Paraná resolve:

- 1) **Que se deve fazer a educação sexual nas escolas.**
- 2) Interessar os pais neste assunto, para que se tornem auxiliares dos mestres.
- 3) Satisfazer, dizendo a verdade, a curiosidade da criança, seja de que idade for.
- 4) **Preparado o estudo pela reprodução das plantas e de alguns animais, iniciá-lo sistematicamente aos 11 anos como parte do programa de anatomia e fisiologia humanas.**
- 5) Fazer-se a educação sexual em conjunto para meninos e meninas.

(PADILHA, 1997, p. 433, grifo nosso)

Anos depois, em 1933, o médico José de Oliveira Pereira de Albuquerque funda o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), no Rio de Janeiro. Visando desempenhar um papel instrutivo sobre a educação e a higiene sexual, o projeto era

<sup>19</sup> As teses da I Conferência Nacional de Educação foram organizadas e publicadas em livro, no ano de 1997, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP). Além da tese n°74, também a tese n°75 – “*O Problema da Educação Sexual: Importância Eugênica, Falsa Compreensão e Preconceitos – Como, Quando e Por Quem Deve Ser Ela Ministrada*”, de Renato Kehl – versa sobre a temática da educação sexual. Em outras teses, ainda que a educação sexual não ganhe centralidade, o tema é também mencionado, especialmente nas que abordam a educação higiênica e a noção de raça brasileira.

composto por profissionais de diversas áreas - estavam presentes, na reunião de criação da entidade, pessoas ligadas à área médica, ao campo jurídico, à imprensa, à educação escolar, ao mercado editorial, dentre outros. Ainda que não tenha se formado e mantido a partir de iniciativa pública - caracterizando-se, a propósito, como entidade de características filantrópicas -, o CBES desempenhou um forte papel político, pois sua propaganda se expandia pelo território nacional a partir da organização de eventos, de publicações, a produção de filmes e a veiculação de suas campanhas nos meios de comunicação (FELICIO, 2011).

O CBES fundou ainda seu próprio periódico, editado do ano de 1933 ao de 1939, cujo nome era *Boletim de educação sexual*. Com tiragem de cerca de cem mil exemplares por edição, o tabloide chegou a circular não só por todo o território brasileiro, mas também por outros países da América do Sul, América do Norte e Europa.

O fundador José de Albuquerque, no que concerne à educação sexual e também à sua presença nas escolas, escreveu em seu livro *Quatro letras, cinco lustros* (1958):

[...] 1 - Não há educação completa sem educação sexual; 2 - **A função sexual não é imoral, entretanto, como todas as demais, pode ser imoralizada, quando desviada de suas verdadeiras finalidades;** 3 - **A educação sexual não atenta contra a moral de religião alguma, porque se funda na verdade dos fatos científicos,** que as próprias religiões ensinam cultivar com a sua advertência: “não mentir”; 4 - **A educação sexual deve ser iniciada pelos pais, continuada pelos mestres, e terminada pelos médicos;** 5 - A educação sexual das crianças deve obedecer exclusivamente ao fator “oportunidade”, quer no lar, quer na escola; 6 - responder veridicamente a altura da mentalidade infantil, as perguntas que os filhos formularem sobre as coisas do sexo, eis em que consiste a educação sexual das crianças pelos pais; 7 - Nas escolas, não há necessidade de uma cadeira de educação sexual, o que cumpre, é que os mestres não criem na mentalidade infantil, o conceito de que a função sexual é imoral, envolvendo-a num halo de mistério, nas disciplinas em que o assunto naturalmente se apresenta; 8 - Encobrir-se as verdades aos filhos e aos discípulos, é dar-se azo a que estas lhe sejam reveladas, deturpada, viciosa ou perversamente, pelo primeiro companheiro ou criado que encontrarem; 9 - Revelar-se as verdades sexuais, somente a partir da puberdade, depois de se as haver deturpado na infância, é tão inglória tarefa, quanto o se pretender desentortar o tronco de uma árvore, que propositalmente se entortou; 10 - **Depois do indivíduo atingir a puberdade, o que lhe convêm são iniciações claras e completas, ministradas por médicos e médicas, sobretudo que diga respeito a sua sexualidade, para que não se venha a tornar vítima inconsciente das perversões sexuais e doenças venéreas.**

(ALBUQUERQUE, 1958, p.183 *apud* FELICIO, 2011, p. 4, grifo nosso).

Os posicionamentos da professora Padilha e do médico Albuquerque ilustram o entendimento da educação para o sexo, na primeira metade do século XX, como um

“[...] novo campo, fronteiro da medicina com a pedagogia e a psicologia [...]” (OLIVEIRA, 2012, p.508), para o qual estavam postas preocupações pertinentes à nação e ao processo civilizatório e modernizador, abarcando a saúde e a moral tanto sociais quanto individuais. Em ambos os argumentos, o processo de “moralização” da conduta sexual depende de uma compreensão científicizada do sexo, sendo a anatomia, a fisiologia e as próprias ciências médicas localizadas como vias da *verdade* e pelas quais a população - especialmente as crianças e adolescentes - deveriam ser educadas. Esse jogo da verdade e do sexo que, como nos explica Foucault, compõe a *ciência da sexualidade* é, ainda, um legado do século XIX, a partir do qual “[...] a sexualidade foi definida como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização [...]” (1999, p. 67).

Desde aí que se instaura toda uma economia discursiva que “muito mais do que um mecanismo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes e poderes [...].”(FOUCAULT, 1999, p. 70). Não à toa, a noção de pornografia, como categoria legal, artística e independente (HUNT, 1999) - essa tecnologia que tão bem combina saberes, poderes e prazeres ao redor do sexo -, emerge também no século XIX, configurando-se como mais um dos efeitos da *ciência da sexualidade*, isto é, um “[...] produto das novas formas de regulamentação e dos novos desejos de saber” (HUNT, 1999, p. 11) que a constituem. Entre as incitações discursivas, suas ordenações e hierarquizações, é a história da regulamentação da pornografia no cinema, dos esforços para controlá-la, à medida mesmo em que estimula a aparição da temática sexual nos filmes, que nos ajudam a melhor compreender o modo como o *dispositivo de sexualidade* opera.

Nesses termos, tal qual nas discussões a respeito da implementação da educação sexual nas escolas do Brasil, é igualmente nas primeiras décadas do século XX que se delineia um ponto crucial para o enquadramento de filmes como pornográficos ou não. Em 1930, o *Código Hays* – ou *Motion Picture Production Code* – é aprovado e implantado nos Estados Unidos<sup>20</sup>, submetendo as produções cinematográficas a um regime de censura no qual, dentre outras coisas, toda referência a

<sup>20</sup> No ocidente, o cinema produzido nos Estados Unidos é uma das maiores indústrias de entretenimento já existentes. *Hollywood*, polo de estúdios cinematográficos, estabeleceu-se desde os anos 1910 como capital de produção do cinema comercial - no Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, os filmes *hollywoodianos* se consolidaram como dominantes no mercado de distribuição e exibição, sendo, ainda hoje, os principais líderes de bilheteria (MASCARELLO, 2006). É devido à importância dos Estados Unidos na produção industrial cinematográfica mundial que, neste texto, alguns elementos da história do cinema estadunidense precisam ser articulados à realização e circulação de filmes no cenário brasileiro.

interações sexuais é proibida. O código vigorou até 1968 e, além de acarretarem multas aos estúdios produtores, os filmes que não se adequavam a ele eram banidos da distribuição realizada pela *Motion Picture Association of America*<sup>21</sup>, relegando à marginalidade as produções de apelo erótico e/ou que tangenciavam a temática sexual.

Durante esse período, surgem os *exploitation movies*. Esses filmes, apesar de ainda bastante conservadores (isto é, compostos por insinuações sexuais e nudez velada, sem imagens de sexo explícito), ocuparam um certo limiar entre o “bem-comportado” e o pornográfico, interessando-nos, aqui, por serem exemplos de produções que procuraram “[...] roçar os limites do permissivo [...]” (ABREU, 1996, p. 55), tocando suas fronteiras e, exatamente por isso, ajudando-nos a delimitá-las.

Tais filmes abordavam questões consideradas tabus e apelativas - como prostituição, doenças venéreas, gravidez indesejada e perigos decorrentes do uso de drogas -, conforme explica Nuno Cesar Abreu:

[...] [os *exploitation*], nome que os americanos davam aos filmes apelativos com inspiração erótica, [eram] exibidos legalmente em cinemas pouco recomendáveis para um público cativo conhecido como ‘brigada encapotada’ (*raincoat brigade*) - frequentadores que não queriam se expor. Esta produção, dominada por um grupo de empresários conhecido como ‘Os 40 ladrões’, continuou pelos anos 50 obtendo grande faturamento, pelo simples fato de ‘exibir mais peitos e bundas’ do que o cinema dominante. (1996, p. 56).

O que possibilitava que esses filmes fossem exibidos legalmente (na maioria das vezes, com sessões separadas exclusivamente para homens ou para mulheres) era um certo viés didático-científico que apresentavam em suas abordagens. Assim, ainda que sua circulação, comparada à das produções dos grandes estúdios, fosse bastante periférica, ficando restrita a cinemas negativamente estigmatizados, esses filmes conseguiam tergiversar a censura.

Um desses exemplos é o longa-metragem *Mom and Dad* (1945), dirigido por William Beaudine, que traz como mensagem, em sua narrativa, a necessidade de se fomentar a educação sexual para o público jovem. O filme conta a história de uma adolescente que se apaixona por um piloto e que acaba tendo relações sexuais com ele. Após a morte do piloto, a menina descobre estar grávida. Como sua mãe se recusa a

<sup>21</sup> Entidade composta por alguns dos maiores estúdios estadunidenses (como *Walt Disney Studios*, *Sony Pictures*, *Paramount Pictures*, *Universal Studios*, *Warner Bros.*, entre outros), conforme disponível no endereço eletrônico: <http://motionpictures.org>. Acesso em: 05/07/2021.

falar com ela sobre sexo, entendendo que essa não é uma temática para mulheres que ainda não se casaram, a menina, a fim de receber ajuda, recorre a um antigo professor - anteriormente demitido por ter dado aulas de educação sexual. Ao filme, então, são acrescentadas imagens de cunho médico-informativo, nas quais há explicações sobre ciclo menstrual, sistema reprodutor e, por fim, imagens de doenças venéreas e cenas de partos.

FIGURA 1: Cartazes de “Mom and Dad” (1945)



Pelos cartazes de *Mom and Dad*, é possível perceber o viés educativo, higiênico e cientificista ao qual o *exploitation* se vincula. “Agora você pode ver o filme que ousa discutir e explicar o sexo como nunca antes visto e ouvido”, “2 horas e 2 minutos de verdades ardentes”, “Os pais estão completamente errados tentando manter os meninos e as meninas ‘inocentes através da ignorância’! Isso não pode ser feito! Você verá verdades ardentes e ouvirá fatos surpreendentes!”, “Novidades de higiene! Super comovente!” são alguns dos *slogans* utilizados para divulgar o filme, produzido por uma companhia, inicialmente, chamada *Hygienic Productions* (posteriormente, *Hallmark Productions* e, por fim, *Hallmark Big-6*), cuja especialidade era, justamente, a realização de filmes com abordagens médicas e de educação sexual.

Em seu artigo *Of Hygiene and Hollywood: Origins of the exploitation film* (2004), Eric Schaefer chama de *the sex hygiene films* os filmes que, nos anos 1910 e 1920 (anteriores ao código Hays), precederam e originaram os *exploitation*. Esses filmes surgem no contexto da Primeira Guerra Mundial - que impulsionou os

movimentos eugênicos e nacionalistas (os mesmos que deflagraram as primeiras discussões sobre educação sexual escolar no Brasil) - e do surto de doenças como a sífilis e a gonorreia. Filmes como *Damaged Goods* (1913) e *A Victim of Sin* (1913), que iniciam esse movimento, enredavam histórias de rapazes ricos que, por descuido (uma bebedeira, por exemplo), relacionavam-se sexualmente com uma mulher de classe mais baixa e de conduta sexual libertina (como uma cortesã ou prostituta), contraindo uma doença venérea e infectando seus descendentes oriundos de relações legítimas (no caso, do casamento com mulheres ricas e “bem-comportadas”).

Outro filme do período, *The Solitary Sin* (1919), conta a história de três vizinhos que, durante a infância, recebem diferentes instruções em termos de educação sexual - o pai de Bob não se opõe a explicar ao filho sobre as questões do sexo, chegando até a levá-lo ao hospital para conhecer os efeitos das doenças venéreas. Já os outros jovens, John e Edward, não recebem nenhum tipo de informação a respeito da higiene sexual. Na idade adulta, Bob se casa e é “feliz para sempre”, enquanto John contrai sífilis e Edward é internado em um manicômio por ser obcecado pela masturbação.

No Brasil, durante a década de 1920, foram produzidos filmes similares - bastante alinhados aos pressupostos médicos, civilizatórios e higienistas das discussões sobre educação sexual escolar que se desenrolavam no país na mesma época. O mais célebre deles, *Vício e Beleza* (1926), dirigido por Antonio Tibiriçá, conta a história de dois jovens: um deles, estudante de medicina, é atleta e se preocupa com seu corpo e sua saúde; o outro, em contraponto, frequenta cabarés e faz uso de drogas ilícitas. O filme, assim como os estadunidenses supracitados, alerta sobre os perigos das doenças venéreas e do vício em drogas. Outros títulos brasileiros na mesma linha são *Morfina* (1928), realizado pela União de Artistas Brasileiros, e *Absinto* (1931) - também intitulado *Mocidade Inconsciente* -, dirigido por Caetano Matanó. Sobre a circulação desses filmes em território nacional, afirma Abreu:

Ao que parece, a fórmula da época para os filmes apresentarem cenas ousadas e nus femininos era a sugestão de apelo educativo e moralizador embalado por certos padrões de decoro artístico. Estes filmes mais ousados receberam um olhar mais seletivo da censura, sendo exibidos com a tarja ‘proibidos rigorosamente para menores e senhoritas’. Mesmo assim, entre algumas tentativas frustradas, registraram-se algumas das maiores bilheterias da época [...]. (1996, p. 71).

Assim como assinalava Foucault a respeito da campanha contra o onanismo infantil, no século XIX, podemos entender que a vigilância em torno da presença de conteúdos sexuais nos filmes, ou mesmo de conteúdos pornográficos, assim mesmo enquadrados, faz dessas presenças não “[...] tanto um inimigo, mas um suporte [...]” pelo qual “[...] o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele.” (FOUCAULT, 1999, p. 43).

Parece-nos, portanto, plausível afirmar que é essa incitação e ampliação do exercício de poder pela via das multiplicações discursivas que produz: 1. Filmes cujo discurso sobre o sexo se implica em defender a necessidade de que mais sobre o sexo se fale em outras instâncias (como a da escola e da família); 2. Discursos favoráveis à inclusão da educação sexual no currículo escolar (sob a justificativa de combater os modos como o sexo se alastra por outros domínios, como o do cinema ou o da pornografia); 3. Discursos que são contrários à educação sexual escolar bem como à presença de temáticas sexuais no cinema (instituinto, afinal, unicamente a família como instituição na qual discursos sobre o sexo pode e deve circular). Diante de posicionamentos desconcentrados, em certa medida até contraditórios, o que se apresenta com alguma regularidade, por fim, é o imperativo da discursivização em torno do sexo.

Todavia, pode-se objetar, como antecipou Foucault: [...] falar tanto de sexo, organizar tantos dispositivos insistentes para fazer falar dele, mas sob estritas condições, não é prova de que ele permanece secreto e que se procura, sobretudo, mantê-lo assim?” (1999, p. 36). Ao que o próprio filósofo responde:

Não obstante, seria preciso interrogar justamente esse tema tão frequente de que o sexo está fora do discurso e que somente a suspensão de um obstáculo, a quebra de um segredo pode abrir o caminho que conduz até ele. Esse tema não seria parte da injunção que suscita o discurso? Não seria para incitar a falar, para sempre levar a recomençar a falar nesse tema que, nas fronteiras de todo discurso atual, ele é exibido como o segredo que é indispensável desencavar - uma coisa abusivamente reduzida ao mutismo, ao mesmo tempo difícil e necessária, preciosa e perigosa de ser dita? (1999, p.36).

Não estamos, afinal, ainda e continuamente, por mais disputados que sejam os enquadramentos, às voltas com a reiterada colocação do sexo em cena, quer seja quando tanto se fala sobre ser ele insuficientemente falado, quer seja quando tanto se fala de que

dele se deve parar de falar, ou falar de outros modos, em outros locais, com outras pessoas, a partir de outras abordagens? Como resultado, mais do que restrições em torno do sexo, “tais apelos, esquivas, incitações circulares [...]” não seguem produzindo “[...] *perpétuas espirais* de poder e prazer” (FOUCAULT, 1999, p. 45).

### Considerações Finais

Ao longo deste texto, procuramos perseguir pistas históricas de como, no Brasil, o tema do sexo tem sido abordado nos discursos que se propagam em relação ao campo da educação e do cinema, com menos interesse em discutir abordagens mais ou menos qualificadas, posições de maior ou menor valor, ou mesmo em aprofundar os deslocamentos que os diferentes enquadramentos, quer seja no âmbito dos currículos escolares, quer seja na realização, curadoria e circulação de filmes, promovem em relação à educação sexual. Não tentamos, assim, prescrever caminhos, tampouco apontar para respostas acerca dos dilemas que se interpõem em nosso tempo presente.

Em outro sentido, ensaiamos traçar relações que apontam para o imprevisível, para aquilo o que se difunde justamente por meio das discontinuidades, isto é, através das transformações discursivas que, por vezes, aparentam incongruência e oposição, mas que, como buscamos demonstrar, entrelaçam-se e emaranham-se na variedade de forças que constituem as relações de poder, de modo especial aquelas que se dedicam a produzir uma verdade sobre o sexo e a sexualidade.

Nosso objetivo, com isso, é, quem sabe, abrir rasgaduras que nos ajudem a construir caminhos mais ousados, mais irreverentes, de combate ao alastramento das políticas ultraconservadoras mais recentes. Caminhos que não os encerrados na produção de discursos que se multiplicam e organizam em torno dos mesmos eixos de exercício de poder. Incitar, assim desejamos, novas interrogações sobre de quais outras formas, na atualidade de um país em pleno processo de *bolsonarização*, podemos disputar as narrativas que se proliferam em torno do sexo - a fim de, com efeito, produzir condições mais razoáveis, quem sabe até mais alegres, de existência para os corpos que, por agora, encontram-se sob a mira da polícia da sexualidade e seus pânicos morais.

## Referências

- ABREU, Nuno Cesar. **O Olhar Pornô: A representação do obsceno no cinema e no vídeo**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, vol.9, n.2, p.575-585, 2001.
- BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A Educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010, Caxambu, Minas Gerais. Anais [...]. Minas Gerais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2010.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, n. 66, p. 141-155, out-dez, 2017.
- EDELMAN, Lee. No future: queer theory and the death drive. Durham and London: Duke University Press, 2004.
- FELICIO, Leandro Alves. Um projeto de Educação sexual para o Brasil: O Circulo Brasileiro de Educação Sexual (1933 -1945). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.
- FELICIO, Leandro Alves. A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- HUNT, Lynn. A Invenção da Pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade, 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999.
- MASCARELLO, Fernando. (Org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papyrus, 2006.
- MIKOS, Camila Macedo Ferreira. Produzir o sexo verdadeiro, regular o sexo educado: aproximações entre o cinema pornô e a educação sexual. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set-dez. 2017.

OLIVEIRA, Cristiane. “Libertar o brasileiro de seu captivo moral”: Identidade nacional, educação sexual e família no Brasil da década de 1930. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 507-516, 2012.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Org.). I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997. p. 428-433.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti; SIERRA, Jamil Cabral. Quando ciência e fundamentalismo religioso se encontram: estratégias para a produção de ódio contra as sexualidades e gêneros dissidentes e seus efeitos nas políticas públicas. **Revista Práxis**, v. 2, p. 244–266, 2019.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SCHAEFER, Eric. Of Hygiene and Hollywood: Origins of the exploitation film. In: SCHATZ, Thomas (Ed.). **Hollywood: Critical concepts in Media and Cultural Studies**, v. I, p.161-180, 2004.

SIERRA, Jamil Cabral. Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. **Revista Anos** 90, v. 26, p. 1-14, 2019.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em junho de 2021.